COMÉRCIO EXTERIOR

Elogios e críticas no Congresso

Presidente da Câmara, Hugo Motta, e outros parlamentares festejam acordo UE-Mercosul, mas há quem defenda revisar regras

» FERNANDA STRICKLAND
» DANANDRA ROCHA
» VICTOR CORREIA

O anúncio do acordo entre o Mercosul e a União Europeia provocou reações imediatas no Congresso Nacional, ontem, com manifestações que vão do entusiasmo à crítica contundente. Enquanto líderes destacam ganhos econômicos e diplomáticos, parlamentares da oposição cobram revisão do texto e maior proteção aos interesses nacionais.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), celebrou o entendimento em publicação na rede social X. Para ele, a cooperação internacional é um vetor histórico de prosperidade e redução de conflitos.

Motta afirmou que, em um cenário global marcado pelo avanço do unilateralismo e do protecionismo, o acordo representa um passo relevante para um mundo "mais unido, próspero e justo". Segundo o deputado, o pacto deve abrir oportunidades para produtores brasileiros, gerar empregos, atrair investimentos e fortalecer a inserção do país na economia global.

Na mesma linha, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), classificou o acordo como uma vitória histórica da diplomacia brasileira. Em avaliação publicada nas redes sociais, o parlamentar apontou o tratado como símbolo da retomada do protagonismo internacional do Brasil e do reconhecimento de sua soberania e potencial econômico.

Guimarães ressaltou a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo de articulação, especialmente durante a presidência brasileira do Mercosul, e destacou que o entendimento vai além do comércio, consolidando uma parceria estratégica para o bloco sul-americano. Segundo ele, os efeitos devem se refletir no fortalecimento das exportações, na geração de emprego e renda e na projeção internacional do país.

Houve, porém, críticas. O deputado federal Rodolfo Nogueira (PL-MS), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, questionou a condução das negociações pelo governo federal. Segundo ele, o Brasil perdeu a chance de firmar um acordo de livre-comércio mais amplo e equilibrado.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Hugo Motta destacou que pacto deve abrir oportunidades para produtores brasileiros, gerar empregos e atrair investimentos

Nogueira afirmou que o texto final frustra expectativas ao incluir salvaguardas e restrições, além de refletir, na avaliação do parlamentar, uma política externa ideológica e pouco eficaz. Para o deputado, qualquer avanço precisa passar por uma revisão profunda que assegure reciprocidade e defesa clara dos produtores brasileiros, sobretudo em um contexto global de crescente competição e protecionismo.

No Senado, o tom foi de pragmatismo e urgência. O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad (PSD-MS), afirmou que atuará para que o Congresso confirme o acordo até julho. Como estratégia para acelerar a tramitação, o senador negocia a criação de uma subcomissão destinada a acompanhar os impactos do tratado assim que a mensagem presidencial for enviada ao Legislativo.

"Temos uma janela de oportunidade histórica e não vamos deixar esse trem passar", declarou, ao destacar a necessidade de dar a celeridade demandada pelo setor produtivo.

No governo, também houve reações. Em nota a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, comentou que a iniciativa é um dos movimentos mais relevantes das últimas décadas para o bloco sul-americano.

"Mais acesso a mercados consumidores, mais investimentos, mais integração entre os países e, principalmente, mais produtos disponíveis, maior competição, ajudando a baixar ainda mais a inflação. Vai combinar crescimento econômico, emprego e renda com sustentabilidade, tecnologia e inovação", frisou Tebet.

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, apontou a importância do livre-comércio para o agronegócio brasileiro — que foi, inclusive, um dos principais entraves para o tratado, já que agricultores europeus, especialmente da França, temem a competição com as empresas brasileiras.

"A presença do Brasil e a força da diplomacia do presidente Lula foram fundamentais para isso. Com relação à agropecuária, é muito relevante nas oportunidades para o Mercosul com a ampliação dos nossos negócios", disse Fávaro.

Cinco perguntas para

Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da CRE

Como o senhor avalia os impactos do acordo UE–Mercosul para a política externa brasileira?
A avaliação é muito positiva, principalmente porque não é recomendável para nenhum país ficar dependente de uma única potência. O acordo fortalece o multilateralismo. Ele permite negociar com o bloco de países da União Europeia e realizar negociações indiretas com os próprios países do Mercosul. Eu acreditava que o acordo deveria ser assinado logo, pois o ambiente estava favorável tanto na União Europeia quanto no Mercosul. Esses momentos são cíclicos; há períodos de concordância e outros de resistência, por isso deve-se aproveitar o momento propício. Estou muito satisfeito, pois essa perspectiva de acordos será benéfica para ambos os blocos.

Quais setores da economia brasileira tendem a ser mais beneficiados e quais exigirão maior atenção do Congresso?
O acordo ancora-se em dois pilares: a indústria e o agronegócio. Ambos serão beneficiados de forma equilibrada. No Mato Grosso do Sul, meu estado de origem, essencialmente agrícola, a expectativa era muito grande pela celebração desse acordo. Novas perspectivas se abrem para os produtos do agronegócio, especialmente do Centro-Oeste.

Há preocupação de que a oposição interna em países europeus, como a França, possa atrasar ou impor condicionantes adicionais ao acordo; como o senhor enxerga esse risco?
A diplomacia é uma arte dinâmica, que precisa ser exercitada constantemente. Não se pode desprezar os cinco ou seis países que votaram contra em um universo de 26. Precisamos trazer esses países para o diálogo e compreender seus pontos sensíveis, pois é necessário entender o outro lado também. Não vejo grandes dificuldades nisso; é um exercício constante e frequente dentro do parlamento.

De que forma a CRE pretende acompanhar a implementação das salvaguardas e exigências europeias, sobretudo nas áreas ambiental e sanitária?
Assim que o rito legislativo determinar que o tratado chegue à Comissão de Relações Exteriores, constituiremos uma subcomissão para acompanhar de perto toda a tramitação. O objetivo é garantir que não existam situações sensíveis no âmbito ambiental ou que prejudiquem a competitividade brasileira. Cabe ao Parlamento realizar esse monitoramento; já estávamos atentos a isso e o tema estava em nosso radar.

O Senado terá algum papel específico de monitoramento ou revisão periódica do acordo após sua entrada em vigor?
Com certeza. O Senado, por meio da comissão pertinente, agirá conforme sua prerrogativa. Já temos delineada a criação de uma subcomissão logo no início do recesso. Ela será composta por membros e submetida à aprovação do colegiado e do plenário para ser institucionalizada, permitindo o acompanhamento passo a passo de todos os desdobramentos. (**Danandra Rocha**)

Gaizka Iroz/AFP

Agricultores franceses invadiram Paris em manifestações contra o acordo

Milhares marcharam em Varsóvia, na Polônia, em desaprovação ao pacto

Agricultores italianos jogam fardos de palha na rua em Milão

Protestos se multiplicam pela Europa

A aprovação do acordo entre União Europeia e Mercosul desencadeou uma nova onda de protestos na Europa ontem, com bloqueios de estradas e mobilizações simultâneas em vários países.

Agricultores afirmam que as salvaguardas anunciadas por Bruxelas são insuficientes e denunciam concorrência desleal diante da abertura do mercado a produtos sul-americanos.

O setor agrícola manteve os protestos em países como Polônia, Itália e França, onde vários tratores estão estacionados desde quinta-feira nas entradas de Paris.

O acordo "matará a agricultura na Polônia", disse Janusz Sampolski, um agricultor que participou de uma manifestação em Varsóvia.

Na França, a ministra da Agricultura, Annie Genevard, afirmou que adotará medidas "unilaterais" caso o setor agrícola e pecuário do país seja colocado em risco pelo acordo.

Genevard fez as declarações durante uma coletiva de imprensa para responder ao descontentamento dos agricultores, que nos últimos dias protestaram contra o acordo e contra a gestão da dermatose nodular bovina, uma doença animal.

Questionada se a adoção do pacto representa um revés para a França no âmbito europeu, Genevard defendeu as concessões feitas por Bruxelas aos agricultores europeus desde a conclusão do acordo, em Montevidéu, em dezembro de 2024.

"A França fez-se ouvir", assegurou a ministra conservadora, que advertiu: "Não hesitaremos em adotar, unilateralmente, uma série de medidas assim que considerarmos que nossos setores estão em perigo".

Genevard citou como exemplo a recente suspensão, por um ano, da importação para a França de alguns produtos agrícolas tratados com substâncias proibidas na União Europeia, principalmente de origem sul-americana.

Os países da União Europeia deram, ontem, sinal verde ao acordo com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai por maioria qualificada, durante uma reunião de seus embaixadores em Bruxelas, apesar da oposição de países como França, Polônia, Irlanda e Hungria.

No entanto, o Parlamento Europeu também precisa dar seu aval ao tratado comercial. O resultado nesse âmbito é incerto, já que cerca de 150 eurodeputados (de um total de 720) ameaçam recorrer à Justiça para impedir sua aplicação. "Não é o fim da história. Há um ator-chave que vai entrar em cena: o Parlamento Europeu", advertiu a ministra francesa.

O setor agropecuário europeu teme o impacto da chegada maciça de carne, arroz, mel ou soja sul-americanos, em troca da exportação de veículos, máquinas, queijos e vinhos europeus para o Mercosul.

Censura

Deputados da esquerda radical apresentaram, também nesta sexta-feira, uma moção de censura contra o governo francês, ao considerar que a França foi "humilhada" com o acordo ao qual Paris se opõe e com a situação na Venezuela.

Na véspera do aval da UE ao acordo, o presidente francês, Emmanuel Macron, anunciou seu voto contra pelo "repúdio político comum" em seu país ao pacto.

A França Insubmissa (LFI), liderado por Jean-Luc Mélenchon, anunciou uma "moção de censura contra o governo" do primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, pela "humilhação" da França em Bruxelas com o Mercosul.